

HESITAÇÃO VACINAL: OS IMPACTOS NA SAÚDE COLETIVA.

Ana Clara Soares Ribeiro¹

Joyce Matos Barbosa¹

Laísa Oliveira de Sousa¹.

Manoel Neres Santos Junior².

RESUMO

A Hesitação Vacinal é algo que afeta o progresso da vacinação por meio da recusa e que reduz o número de pessoas vacinadas e, portanto, leva a reverter todo o processo de imunização. Mesmo com a disponibilidade de vacinas para a redução das taxas de infetados, a relutância sempre foi algo constante com relação à vacinação de determinadas doenças, como: Sarampo, Caxumba e Rubéola. Desta forma, este estudo tem como objetivo analisar a autonomia baseada na vacinação, criada em prol da estratégia de prevenção para erradicar doenças infecciosas, conceituando, assim, a proteção coletiva de modo a relatar a história de vacinação no Brasil. Esta revisão narrativa possibilitou reafirmar o importante papel da atenção farmacêutica e da enfermagem no processo de vacinação, pois o acompanhamento é à base da prevenção na atenção primária à saúde.

Palavras-Chave: Hesitação vacinal, atenção primária, proteção coletiva, fatores históricos.

1 Discentes do curso de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: asoaresribeiro9@gmail.com; joycematosbarbo23@gmail.com; oliveiralai98@gmail.com

2 Docente do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: neres.manoel@FTC.edu.br

ABSTRACT

Vaccine Hesitation is something that affects the progress of vaccination by refusing to reduce the number of people vaccinated and therefore reversing the entire immunization process. Even with the availability of vaccines to reduce the rates of infected people, reluctance has always been constant regarding the vaccination of certain diseases, such as: Measles, Mumps and Rubella. Thus, this study aims to analyze the autonomy based on vaccination, created in favor of the prevention strategy to eradicate infectious diseases, thus conceptualizing collective protection by reporting the history of vaccination in Brazil. This narrative review made it possible to reaffirm the significant role of pharmaceutical and nursing care in the vaccination process, as monitoring is the basis of prevention in primary health care.

Keywords: Vaccine hesitancy, primary care, collective protection, historical factors.

1 Discentes do curso de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: asoaresribeiro9@gamil.com; joycematosbarbo23@gmail.com; oliveiralai98@gmail.com

2 Docente do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: neres.manoel@FTC.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Tendo como ênfase os graves problemas sanitários que ocasionavam milhares de mortes no país, em meados do século XX, as vacinas surgiram, inicialmente, como forma de diminuir os impactos causados por epidemias avassaladoras, sendo uma forma primária de prevenção e erradicação de diferentes doenças (LIMA; PINTO, 2017).

Embora tenhamos relatos recentes do sucesso das campanhas de vacinação, a história das vacinas no Brasil começou há muito tempo. Em 31 de outubro de 1904, foi a aprovação da lei nº 1.261 e a regulamentação em seguida (9 de novembro). Sugerida por Oswaldo Cruz, tornava obrigatória a exigência de comprovantes de vacinação contra a varíola para a realização de matrículas nas escolas, obtenção de empregos e autorização para viagens e certidões de casamentos. A medida previa também o pagamento de multas para quem resistisse à vacinação. Com a aprovação dessa lei, deu-se início à Revolta da Vacina (DANDARA, 2022).

A vacinação consiste em uma estratégia de forma individual e coletiva para a prevenção de doenças, tendo um grande potencial em prevenir infecções que ocasionam morbimortalidade em massa, sendo considerada uma das formas mais efetivas em prol da prevenção de doenças. Além da proteção dos indivíduos vacinados, protege os não vacinados, devido à capacidade de eliminação da circulação dos agentes infecciosos no meio ambiente através da imunidade adquirida pela vacina. Estima-se que, através da vacinação, sejam evitados de 2 a 3 milhões de mortes por ano no país (MIZUTA et al., 2019).

O Programa Nacional de Imunização (PNI) foi criado em 1973, tendo como objetivo a redução da mortalidade causada por doenças imunopreveníveis, atuando de forma extremamente positiva na prevenção e promoção em saúde. O Brasil é um dos países que possuem um dos maiores programas públicos de imunização do mundo, que, além da oferta, disponibiliza calendário com rotina e campanhas, estabelecimento de metas, além de uma grande variedade de vacinas e imunobiológicos para diversos públicos. No entanto, nos últimos anos, a alta cobertura, que era uma marca do programa de vacinação do país, vem caindo ao longo do tempo (OLIVEIRA et al., 2021).

1 Discentes do curso de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: asoaresribeiro9@gamil.com; joycematosbarbo23@gmail.com; oliveiralai98@gmail.com

2 Docente do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: neres.manoel@FTC.edu.br

Os benefícios epidemiológicos e socioeconômicos dos programas de imunização são notórios e comprovados, ainda assim, tem crescido em todo o mundo o debate acerca da hesitação vacinal, que consiste na relutância, indecisão ou recusa em se vacinar, apesar da disponibilidade de vacinas nos serviços de saúde, o que configura uma ameaça global aos programas de imunização, um retrocesso no controle das doenças imunopreveníveis (CÔRREIA et al., 2021).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua a hesitação à vacina como recusa ou atraso de tomar a vacina, mesmo havendo disponibilidade. A hesitação se caracteriza como o receio até a total recusa. Apesar da confirmação de fraudes e de que os usos das vacinas possuem evidências científicas em todo o mundo, assim como da demonstração de que tal procedimento é efetivamente seguro, há indivíduos contrários a tal iniciativa, inclusive com ações e difusão de idéias, principalmente nas redes sociais, que inviabilizam a vacinação de forma efetiva (CARDEAL; BARRETO, 2021).

As questões relacionadas a informações e crenças sobre as vacinas no Brasil vem tendo ênfase cada vez mais. Geralmente se associa a aspectos políticos, socioculturais, religiosos e pessoais. Além disso, existem questões referentes à insegurança, medo, crença popular e principalmente à falta de informações que dão enfoque ao movimento antivacina. Assim como, a disseminação de notícias falsas divulgadas nas redes sociais constitui um fator de entrave a tal política vacinal (BELTRÃO et al., 2020).

O ato de não se vacinar coloca todos em risco. A baixa cobertura vacinal faz com que doenças erradicadas possam ressurgir devido à queda da imunização. Alguns, por nunca terem convivido com as condições das doenças já erradicadas, entendem que a vacinação já não é mais necessária, o que agrava o risco de toda a população. Doenças como Poliomielite e Sarampo, por exemplo, que são doenças infecciosas, principalmente com público-alvo infantil, estão retornando. Os retornos destas doenças ocorrem em virtude da baixa cobertura vacinal, não atingindo a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) que preconiza uma abrangência mínima de 95% na imunização (INSTITUTO BUTANTAN, 2022).

Sendo assim, as autoridades devem estabelecer ações para a resolução do problema de hesitação vacinal através das questões éticas e sanitárias, devendo aplicar ações estratégicas que visam preparar a população para a vacinação, de

1 Discentes do curso de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: asoaresribeiro9@gamil.com; joycematosbarbo23@gmail.com; oliveiralai98@gmail.com

2 Docente do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: neres.manoel@FTC.edu.br

modo a aumentar a cobertura vacinal entre diferentes grupos e locais. Dessa forma, constitui um desafio para as autoridades em saúde pública conhecer quais são os grupos que possuem maior resistência ao uso da vacina e explicar informações no intuito de sanar as dúvidas e promover a conscientização sem ferir o direito de liberdade deste grupo (OLIVEIRA et al., 2021). Assim, o objetivo deste trabalho consiste em analisar o conceito de hesitação vacinal e identificar os impactos do direito à autonomia individual dentro da saúde pública. Para a realização desta pesquisa, foram utilizados artigos científicos, livros e revistas das seguintes plataformas: Scientific Electronic Library On-Line (SciELO); Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde; Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research (BJSCR); Electronic Journal Collection Health; Ministério da Saúde; Portal Fiocruz; Instituto Butantan, entre outros.

2 O início: Revolta da vacina

No começo do século XX, o Brasil passava por uma série de epidemias, a maior cidade brasileira era o Rio de Janeiro, sendo aquela de destaque em relação ao comércio, à política e cultura, e, conseqüentemente, ao seu crescimento de forma desorganizada e muito rápida. O Rio, nesse momento, apresenta-se com alta concentração de pessoas oriundas de outras regiões, de viagens ou turismo, bem como aquelas das imediações periféricas, o que propiciou um ambiente suscetível a doenças infectocontagiosas, assim como contribuiu para que estas se tornassem cada vez mais evidentes e comuns, dentre elas a varíola, cólera, peste bubônica e febre amarela, o que ocasionou um número elevado de mortes (MARTINS, 2020).

Devido os graves problemas sociais e de saúde no Brasil, principalmente a ocorrência das epidemias, ocasionou uma pressão por parte da comunidade internacional em relação ao Brasil, o que interferiu também na economia do país. Houve a necessidade da realização da reorganização do espaço no Rio de Janeiro, cuja finalidade seria a erradicação de doenças e, conseqüentemente, o não surgimento de novas epidemias, nesse intuito começaram a ser realizadas ações de impacto na saúde pública, sendo nomeado o médico Oswaldo Cruz para a Diretoria Geral de Saúde Pública e coordenador dessas iniciativas (ABREU et al., 2021).

O plano para a transformação da reforma urbana tinha como objetivo a não disseminação das doenças, porém afetou de forma negativa a moradia e o cotidiano

1 Discentes do curso de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: asoaresribeiro9@gamil.com; joycematosbarbo23@gmail.com; oliveiralai98@gmail.com

2 Docente do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: neres.manoel@FTC.edu.br

das pessoas mais humildes, já que cortiços e casas foram derrubados sem os moradores serem avisados, o que fez com que a população ficasse cada vez mais insatisfeita. Após a lei que tornava a vacinação contra a varíola obrigatória, teve o estopim da revolta, que foi denominada de Revolta da Vacina (PINHEIRO, 2020).

A revolta teve início com a publicação do projeto de lei em 9 de novembro de 1904, que obrigava a população se vacinar contra a varíola, tendo começado, de forma efetiva, em 10 de novembro de 1904, com diversos protestos realizados pela população nas praças, palco em que se enfrentavam os policiais e se vandalizavam os espaços. Os confrontos duraram cerca de uma semana e eram compostos por indivíduos que não acreditavam na ação efetiva da vacina, ou mesmo por indivíduos que achavam a ação de se vacinar de forma obrigatória um desrespeito com a população (FUJITA et al., 2022).

Ainda que a revolta da vacina tenha acontecido de forma agressiva com a população, foi um marco para a saúde da população, pois, a partir da descoberta da ação das vacinas, observou-se sua importância na prevenção de doenças infecciosas evitáveis de que se tem conhecimento até os dias de hoje. Estima-se que mais de 4 milhões de mortes no mundo foram evitadas devido à vacinação. No Brasil, o Programa nacional de Imunizações (PNI) trouxe resultados significativos em relação ao controle de doenças. Atualmente, os efeitos da vacinação são demonstrados através da queda da curva de indivíduos infectados pela pandemia da Covid-19 (JUNIOR et al., 2022).

3 Importância da Imunização

A imunização deve ser entendida como um modificador na causa das doenças já que apresentam acentuado caimento da morbidade e da mortalidade causadas por doenças infecciosas que são evitáveis com a vacinação. Ela representa o procedimento com maior efetividade, que garante a proteção da saúde em indivíduos vacinados (MARTINS et al., 2019). A importância da imunização com a vacinação também é essencial para toda sociedade, fazendo com que epidemias e pandemias sejam prevenidas, sendo, portanto, o ato de vacinar é uma questão de cidadania (SABIN, 2022).

No Brasil, existe o Programa Nacional de Imunização (PNI) que conta com a credibilidade e respeitabilidade da população para quase todos os imunobiológicos

1 Discentes do curso de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: asoaresribeiro9@gamil.com; joycematosbarbo23@gmail.com; oliveiralai98@gmail.com

2 Docente do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: neres.manoel@FTC.edu.br

distribuídos na rede pública. Atualmente, a saúde pública disponibiliza, em todo o país, 19 vacinas para combater cerca de 20 doenças. E, ainda assim, existem os grupos de recusa vacinal ou antivacinação que proliferam em todo o mundo, e podem colocar em risco o sucesso já obtido pelo PNI, com o controle das doenças infecciosas e melhoria para as condições de vida da população (Ministério da Saúde, 2017; FREITAS, 2021).

Mesmo com a realização de distribuição de vacinas no Sistema Único de Saúde (SUS), a que todos têm o direito de acesso, acontece que existe alguma parte da população que se recusa ou hesita a algumas ou todas as vacinas. Isso faz com que doenças que já foram erradicadas, como por exemplo, o Sarampo e a Poliomielite, voltem a nos assombrar. Doenças essas para as quais existem vacinas disponíveis no nosso sistema de saúde (DANDARA, 2022).

O Brasil, juntamente com os demais países da Região das Américas, foi certificado, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como livre da poliomielite no ano de 1994. Porém, sofreu um alerta sobre um possível retorno dessa doença infecto-contagiosa aguda causada pelo poliovírus selvagem responsável por diversas epidemias no Brasil e no mundo. O retorno dessa doença é consequência da baixa cobertura vacinal. Apesar da gravidade das sequelas provocadas pela pólio, o Brasil não cumpre a meta de 95% do público-alvo vacinado, não garantindo a proteção total da doença (ENSP/Fiocruz; DANDARA, 2022).

O mesmo acontece com o Sarampo, uma doença infecciosa aguda grave, causada por um vírus, comum na infância, levando a um agrave de fatores para a mortalidade infantil, e é altamente transmissível, sendo a única prevenção é através da vacinação, pois é isenta de tratamento (LUCCHESI et al., 2019).

O Brasil recebeu em 2016 o certificado de erradicação do sarampo, no entanto, perdeu o seu certificado de eliminação da doença concedido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em 2019, após registrar mais de 10 mil casos da doença. O que comprova que a cobertura de vacinação está caindo, o que coloca em evidência o retorno de doenças que já tinham sido erradicadas até os dias atuais (CARLUCCI et al., 2019; MEDEIROS, 2020).

De acordo dados do DATASUS e do Ministério de Saúde, essa queda da cobertura vacinal para algumas doenças despencou de 95,07%, em 2015, para 59,86%, em 2021. O que se observa que, que era para se melhorar, piorou e, no

1 Discentes do curso de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: asoaresribeiro9@gamil.com; joycematosbarbo23@gmail.com; oliveiralai98@gmail.com

2 Docente do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: neres.manoel@FTC.edu.br

ano de 2022, o nível está em 43,35%, sendo que a taxa de abrangência mínima é de 95% na imunização, recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Mesmo com a disponibilização das vacinas no SUS, tendo o fácil acesso, e com a comprovação de que a vacinação é a única prevenção eficaz, a queda da cobertura vacinal ainda acontece, como exemplo recente, é a vacinação para Covid-19, que muitos relutaram e ainda relutam para tomar as doses da vacina, prejudicando a si mesmo e agravando a população com essa resistência à vacinação, que acarreta o retorno das doenças que já foram erradicadas e as que ainda estão presente no nosso meio, isso nos enfatiza a tamanha importância da imunização para saúde pública (VAZQUEZ, 2022).

4 Hesitação Vacinal

A vacinação é um meio eficaz para prevenção de doenças e agravos e, por décadas, considerada uma das principais estratégias da saúde pública, sendo uma maneira de reduzir ou erradicar doenças, como a varíola. As campanhas de vacinação no Brasil compactuaram na prevenção de dois a três milhões de óbitos anualmente no mundo, tendo a finalidade de combater a febre amarela urbana, a varíola e a poliomielite, por volta do ano de 1804, momento histórico da vacinação. Com base nisso, a população criou uma resistência negativa com relação à administração vacinal, tendo em mente que as vacinas não eram seguras para eles. Daí mitos sobre a real função das vacinas, o que gerou diversos conflitos durante as primeiras campanhas (FRANÇA, et al., 2009; GASPARINI, et al., 2015; HUSSAIN, et al., 2017; D'ALÒ, et al., 2019).

O movimento antivacinação prega que as vacinas trazem mais malefícios do que benefícios, bem como tenta provar, através de um embasamento, que o uso de vacinas é uma ameaça à população. Com base nas respectivas teorias associadas aos malefícios, foram apontadas várias consequências como autismo, ou até mesmo uma sobrecarga imunológica com o excesso de vacina, em virtude dos metais pesados constituintes na formulação (SANTOS e SANTOS, 2017; BRASIL, 2018).

Outra causa que foi uma contribuição para a estruturação antivacina, foi a proporção com que as informações chegavam. Por meio das redes sociais, foram criados espaços de influência entre as pessoas, o que gerou uma grande exposição dessas informações. A maioria não confiáveis, mas que, por serem transmitidas por

1 Discentes do curso de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: asoaresribeiro9@gamil.com; joycematosbarbo23@gmail.com; oliveiralai98@gmail.com

2 Docente do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: neres.manoel@FTC.edu.br

amigos ou pessoas famosas, acabavam influenciando na forma de pensar daqueles suscetíveis de serem mais influenciáveis (SANTOS e SANTOS, 2017; SUCCI, 2017).

As vacinas são compostos biológicos introduzidos no organismo, com a finalidade de proteger contra certo tipo de doença. O organismo tem que manter um contato controlado, para criar processos defensivos durante até mesmo uma possível infecção, com o objetivo de que o organismo adquira defesas eficazes contra o patógeno. Esse método da vacinação contribui para erradicação de doenças e protege a população, numa ação que efetive o aumento de pessoas vacinadas, assim como, proporcionalmente, consiga minorizar as chances de proliferação da doença que se visa combater pela respectiva vacina (Levi, 2013).

A hesitação vacinal é definida como uma demora em aceitar a vacinação ou até mesmo por recusá-la. Contudo, mesmo havendo disponibilidade desse movimento no sistema de saúde, há um número de pessoas que não estão sendo vacinadas, o que possibilita a crescente a proliferação de doenças. Uma dessas vacinas é a tríplice viral, um dos imunizantes mais importantes, pois protege contra a caxumba, rubéola e sarampo, e que, conseqüentemente, diminui consideravelmente o risco de um surto dessas doenças no país (Ministério da Saúde: 2019).

A relevância da vacinação pode acabar perdendo o significado para muitas pessoas, principalmente quando se trata da vacinação dos filhos, pois adentra diversos fatores para a decisão, dentre os quais podem ser citados o histórico familiar e experiências profissionais da família, além da circunstância de se levar em consideração qualquer informação para a tomada de decisões no histórico familiar. A vacinação infantil no Brasil é obrigatória, assim é dever de todos os pais submeter seus filhos menores de 18 anos ao calendário nacional de imunização, elaborado pelo Ministério da Saúde (GALDINO et al., 2019).

Outro fator importante na hesitação vacinal atualmente é a pandemia da COVID-19, cujos registros de óbitos e infecções diminuíram bastante depois da liberação da vacina contra a doença. O que resultou num protagonismo para o controle da pandemia, tornando evidente a eficácia dos resultados. Porém, ainda assim, existe uma resistência de uma parte da população com relação à vacinação, uma vez muitos que acreditam em fake News e se recusam a se vacinarem, bem como colocam em dúvida a eficácia e a validade da ação vacinal. Vale ressaltar, que

1 Discentes do curso de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: asoaresribeiro9@gamil.com; joycematosbarbo23@gmail.com; oliveiralai98@gmail.com

2 Docente do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: neres.manoel@FTC.edu.br

a partir desse problema é que as políticas públicas tomaram iniciativas efetivas com vistas à proteção social, sanitária e econômica (Diário Oficial da União 1976; 12 ago).

Diante de tantos fatores de agravamento, surge então a questão de qual seria o limite entre a autonomia individual de se vacinar ou não, em face de proteção coletiva, pois considerando esta ser mais importante que a própria imunidade individual, ou seja, quanto maior o número de indivíduos que se vacinarem, maior será a proteção coletiva (GALDINO et al., 2019; LESSA, 2015).

Desta forma, a proteção coletiva, isto é, a alta cobertura vacinal, está relacionada à diminuição da incidência de doenças imunopreveníveis. Então a autonomia individual está condicionada ao bem comum, ou seja, à vacinação (SANTOS; HESPANOL, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências da hesitação/recusa vacinal vai além dos prejuízos individuais, atentando também à proteção coletiva. Mas questões jurídicas relacionadas à liberdade de recusa precisam ser melhor discutidas. Apesar da resistência vacinal ter crescido por todo o mundo, e conseqüentemente, ocorrer uma queda da cobertura vacinal, o Brasil conta com o Programa Nacional de Imunizações (PNI) há mais de 40 anos, e é considerado um dos maiores programas de vacinação, pela sua capacidade em distribuir acesso a vacinas, tendo, inclusive, reconhecimento internacional pelo êxito na vacinação.

O PNI tem capacidade para vacinar, se for preciso, milhões de pessoas por dia, sem estratégias adicionais. Isso mostra a fantástica capacidade do Brasil em se vacinar. Mesmo contanto com um programa de reconhecimento como o PNI, o país ainda é afetado pelos que se hesitam em vacinar. Desse modo, a atuação do profissional farmacêutico e do enfermeiro é fundamental nesse processo de imunização com a vacinação. Esses profissionais devem participar do acompanhamento, auxiliando com as informações necessárias sobre a vacinação, assim como destacando os benefícios e os malefícios de não se vacinar, de modo a dar relevância à saúde pública.

1 Discentes do curso de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: asoaresribeiro9@gamil.com; joycematosbarbo23@gmail.com; oliveiralai98@gmail.com

2 Docente do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: neres.manoel@FTC.edu.br

REFERÊNCIAS

ABREU, P. T. C; SOUZA, S. S; FARIA, M. T. D; RODRIGUES, A. S; SILVA, R. C; DAMASCENO, E. **O. A revolta da vacina (1904) e o COVID-19 (2020) no Brasil: influências do crescimento urbano e socioeconômico.** Saúde Coletiva, Salvador, 2022.

ANDREA Lucchesi de Carvalho; ALEXANDRE Dorabela; JULIA Gomes Andrade; LILIAN Martins Oliveira Diniz; ROBERTA Maia de Castro Romanelli. **Sarampo: atualizações e reemergência. Acesso 21 de junho de 2020.** Disponível em: file:///C:/Users/User/Down-loads/v29n13a12%20(1).pdf

BELTRÃO, Renata Paula Lima et al. **Perigo do movimento antivacina: análise epidemio-literária do movimento antivacinação no Brasil.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 12, n. 6, p. e3088-e3088, 2020.

BRASIL - **Ministério da Saúde. Blog da saúde,** 2017 Nov. 5.

BRASIL - **Ministério da Saúde. Blog da saúde,** setembro, 2022.

BRASIL. Decreto nº 78.231, de 12 de agosto de 1976. **Regulamenta a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.**

CARDEAL, Gabrielle Moraes Rodrigues; BARRETO, Letícia Adrielle Mendonça. **Estigmas da vacinação contra a covid-19 no Brasil: influências, hesitação e riscos à saúde.** 2022.

CORRÊA, Shesllen Mikaelly Cruz et al. **As possíveis causas da não adesão à imunização no Brasil: uma revisão de literatura.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 4, p. e7030-e7030, 2021.

COSTA; P. J. M. S; ROCHA, T. J. M; NETO, A. P. M. C; JÚNIOR, C. J. S. **Hesitação vacinal e a pandemia dos não vacinados: o que fazer para enfrentar a nova “Revolta da Vacina?”** Ensaio, 2022.

DANDARA, Luana. **Cinco dias de fúria: Revolta da Vacina envolveu muito mais do que insatisfação com a vacinação.** Portal Fiocruz, 2022. Diário Oficial da União 1976; 12 ago.

1 Discentes do curso de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: asoaresribeiro9@gamil.com; joycematosbarbo23@gmail.com; oliveiralai98@gmail.com

2 Docente do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: neres.manoel@FTC.edu.br

EDUARDO Alexandrino Servolo Medeiros. **Entendendo o ressurgimento e o controle do sarampo no Brasil**. Acta Paulista de Enfermagem, v. 33, 2020. Acesso 21 de junho de 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-2100202020000100200

ERIKA Carlucci; LARISSA Antonielle. **Ministério da Saúde tira dúvidas sobre transmissão do sarampo**. Agência Brasil EBC, Brasília, 10 ago. 2019. Acesso 10 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://agencia-brasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-08/ministerio-da-saude-tira-duvidas-sobretransmissao-do-sarampo>

FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz). **Vacinas: As origens, a importância e os novos debates sobre seu uso**. FIOCRUZ: 2016. [acesso 02 abr. 2020] Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1263-vacinas-as-origens-a-importancia-e-os-novosdebates-sobre-seu-uso>.

FREITAS, Karina. **Dia nacional da vacinação alerta para importância da imunização no combate a doenças graves**. São Paulo, 2021.

FUJITA, B. M; NICOLAU, C. C; HIROSE, C. F; YAMAZOE, O. J. **A Revolta da Vacina nas caricaturas de “O malho” e a vacinação obrigatória (ontem e hoje)**. Revista Internacional d’ humanas 57-58, jan-ago, 2022.

GALDINO, Valéria; NERY, Laís. **Hesitação vacinal: direito constitucional à autonomia individual ou um atentado à proteção coletiva?** Prisma Jurídico, vol. 18, núm. 2, pp. 224-240, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de pesquisa**. 6a edição. São Paulo: Atlas, 2018.

INSTITUTO BUTANTAN. **Doenças erradicadas podem voltar: conheça quatro consequências graves da baixa imunização infantil**. Junho de 2022.

LABERGE C, GUAY M, BRAMADAT P, ROY R, BETTINGER J. **Vaccine hesitancy - An overview**. **Journal Human Vaccines & Immunotherapeutics**; Fev 2013. [acesso 09 mai. 2020] Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.4161/hv.24657>.

LAGO E. **Hesitação/recusa vacinal: um assunto em pauta – Editorial**. Scientia Medica. 2018; 28:32808.10.15448/1980-6108.2018.4.32808. [acesso 09 mai.2020] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329855121_Hesitacaorecusa_vacinal_um_assunto_em_pauta_-_Editorial

1 Discentes do curso de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: asoaresribeiro9@gamil.com; joycematosbarbo23@gmail.com; oliveiralai98@gmail.com

2 Docente do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: neres.manoel@FTC.edu.br

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de curso**. 8. ed. - São Paulo: Atlas, 2017.

LEASK J. **Should we do battle with antivaccination activists?** *Public Health Research & Practice*, 2015; 25(2): 1-4.

LESSA, Sérgio de Castro; SCHRAMM, Fermin Roland. **Proteção individual versus proteção coletiva: análise bioética do programa nacional de vacinação infantil em massa**. *Ciência e Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 115-124, jan. 2015.

LIMA, Adeânio Almeida; PINTO, Edenise dos Santos. **O contexto histórico da implantação do Programa Nacional de Imunização (PNI) e sua importância para o Sistema Único de Saúde (SUS)**. *Scire Salutis*, v. 7, n. 1, p. 53-62, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS KM, Santos WL dos, Álvares A da CM. **A importância da imunização: revisão integrativa**. *Rev Inic Cient Ext [Internet]*. 27º de fevereiro de 2019 [citado 12º de outubro de 2022]; 2(2): 96-101.

MARTINS, M. A. S. **A Revolta da Vacina**. FCE - UFRGS. 22 dez. 2020, Rio Grande do Sul.

Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde; Volume Único; 3ª Edição**: Ministério da Saúde: 2019 [acesso 09 mai. 2020] Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2019/agosto/21/Guia-de-Vigilancia-em-Saude-Sarampo.pdf>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **SARAMPO: Brasil atinge 99,4% de cobertura vacinal em 2019**. Ministério da Saúde: 2019 [acesso 02 abr. 2020] Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>

MIZUTA, Amanda Hayashida et al. **Percepções acerca da importância das vacinas e da recusa vacinal numa escola de medicina**. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 37, p. 34-40, 2018.

MOUTINHO, F. F. B. **Conflitos da sociedade brasileira com as normas sanitárias: Um paralelo entre a revolta da vacina e a pandemia de COVID-19**. *Revista Brasileira de Geografia Lúdica e da Saúde*. 02 de mai. 2020, Rio de Janeiro.

1 Discentes do curso de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: asoaresribeiro9@gamil.com; joycematosbarbo23@gmail.com; oliveiralai98@gmail.com

2 Docente do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: neres.manoel@FTC.edu.br

NÍDIA Verónica Abreu da Silva. **Doenças Exantemáticas da Infância com Manifestações Orais**. Universidade de Porto, Porto, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso em Medicina Dentária.

OLIVEIRA, Bruno Luciano Carneiro Alves de et al. **Prevalência e fatores associados à hesitação vacinal contra a covid-19 no Maranhão, Brasil**. Revista de Saúde Pública , v. 55, 2021.

PINHEIRO, L. F. M. **A revolta da vacina: um tesouro perdido das revoluções? Anais do 8º encontro internacional de política social e 15º encontro nacional de política social**. 19 de nov. 2020, Vitória - Espírito Santo.

RAFAEL Vázquez. **Cobertura vacinal despenca de 95% para 43% e mais doenças podem voltar**. Valor econômico, São Paulo, 25 de agosto de 2022.

SABIN. **Qual é a importância da vacinação? Saiba como as vacinas funcionam no corpo humano**. Brasília, 2022.

SANTOS, Paulo; HESPANHOL, Alberto. **Recusa vacinal – o ponto de vista ético**. Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, v. 29, p. 328-333, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpmgf/v29n5/v29n5a08.pdf> Acesso em: 15 jul. 2019.

SATO APS. **Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil?** Rev. Saúde Pública, São Paulo, 2018. [acesso 09 mai. 2020] Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S003489102018000100601&lng=en&nrm=iso&tln g=pt.

SUCCI RC de M. **Recusa vacinal - que é preciso saber**. J. Pediatr. (Rio J.), Porto Alegre. 2018; 94(6):574-581. [acesso 09 mai. 2020] Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S002175572018000600574&lng=en&nrm=iso &tln g=pt.

SUCCI RCM. **Vaccine refusal: what we need to know**. Jornal de Pediatria, 2017; 17(653): 1-8.

1 Discentes do curso de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: asoaresribeiro9@gamil.com; joycematosbarbo23@gmail.com; oliveiralai98@gmail.com

2 Docente do Centro Universitário UniFTC de Vitória da Conquista (UniFTC/VDC), e-mail: neres.manoel@FTC.edu.br